

VENCEMOS UMA BATALHA, MAS NÃO A GUERRA

Pressão dos trabalhadores impõe derrota no Senado para MP 905 de Bolsonaro

Com a decisão, a MP caduca, mas o governo tentará fatiar propostas para continuar retirando direitos trabalhistas. É Preciso manter a mobilização e a vigilância. Com essa vitória, por hora, você bancário, conseguiu impedir os prejuízos para a vida e condições de trabalho de toda a nossa categoria. Mas a batalha continua. Proteste:

- Não à elevação da jornada de trabalho da categoria de seis para oito horas diárias
- Não ao trabalho permanente de bancários aos sábados, domingos e feriados
- Não às atividades excepcionais em feiras, shoppings, eventos e terminais rodoviários
- Não às reduções na PLR, que não seria mais negociada coletivamente por sindicatos, mas acertada e paga por metas individuais.

**É o seu Sindicato, sempre na luta
com você e por você!**

100% PÚBLICA

Funcionalismo faz a diferença

Há quase três décadas o funcionalismo da Caixa Econômica Federal vem sendo “testado e desafiado” pelas mais diversas situações políticas e sociais que ocorrem no Brasil. Como em 2002, quando foram pagos os expurgos do FGTS e hoje em função da epidemia Covid-19 com o pagamento da ajuda emergencial para quem mais necessita.

“Apesar das dificuldades encontradas pelo governo na identificação dos trabalhadores junto à Receita Federal, os funcionários da área-meio buscaram em seus arquivos de outros programas, tais como Bolsa Família, FIES, Minha Casa Minha Vida, identificar diversos trabalhadores que se enquadram nos requisitos exigidos para receber o auxílio emergencial, viabilizando e agilizando assim o pagamento dos valores disponibilizados àqueles que têm direito”, explica o vice-presidente do Sindicato Paulo Matileti, que destaca a importância da valorização destes bancários, não somente da “área-meio” mas também da “ponta” e de “cargo ou função” garantindo o atendimento prestado a quem mais precisa dos serviços da Caixa.

CAIXA: EMPREGADOS EM PERIGO

Sindicato quer providências para impedir aglomerações em agências da Zona Oeste

Sindicalistas percorrem unidades no bairro de Campo Grande e constataam filas, aglomerações e risco de contágio do Covid-19 para bancários e usuários



O SINDICATO PRESENTE - O vice-presidente do Sindicato dos Bancários do Rio Paulo Matileti percorreu as agências do bairro de Campo Grande e constatou grandes filas, aglomerações e risco para os bancários

O Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro está preocupado com a situação de risco a que estão expostos os empregados da Caixa Econômica Federal em função das aglomerações e enormes filas em agências da Zona Oeste na cidade. O vice-presidente da entidade sindical, Paulo Matileti visitou várias unidades no bairro

de Campo Grande e a situação é preocupante, colocando em perigo bancários e a população. Nas unidades Rio Oeste, Rio do A, Freire Alemão e Amaral Costa é grande o número de pessoas que procuram as agências para receber o auxílio-emergencial e muitos sequer possuem CPF. “Empregados estão sendo obrigados a ter que organizar as fi-

las no lado de fora das agências. Estes bancários estão expostos ao risco de contaminação, mesmo usando máscaras e luvas. A direção da Caixa precisa tomar medidas para garantir a segurança dos funcionários e também da população que precisa dos serviços do banco”, alerta Matileti.

É elevado o número de pessoas que precisa da ajuda de R\$600, mas não possui sequer o CPF para poder receber o dinheiro. Há relatos de bancários que estão sofrendo ameaças de agressão por não poderem providenciar o pagamento sem a documentação necessária, que deve ser feita na Receita Federal. “Neste momento, em que a curva do coronavírus avança no país, é preciso garantir a saúde e a vida dos bancários. É inaceitável que o empregado da Caixa seja obrigado a ficar do lado de fora da agência organizando as filas, exposto a todo tipo de risco”, completa Matileti.

Caixa afrouxa medidas de segurança seguindo lógica insana de Bolsonaro

Não foi somente o Ministério da Saúde que sofreu mudanças com o anúncio do novo titular da pasta, Nelson Teich. O descaso da direção da Caixa Econômica Federal em relação à proteção da saúde dos empregados também vem sofrendo mudanças na direção do afrouxamento desejado pelo Governo Federal. “O Governo Bolsonaro parece firme em seu propósito de preterir a vida dos brasileiros em função da economia, e pretende estender suas mãos em qualquer lugar que possa alcançar para exercer

essa política genocida”, critica o diretor do Sindicato do Rio e membro da Comissão de Empresa dos Empregados da Caixa, Rogério Campanate.

VOLTA À NORMALIDADE?

A Caixa soltou um comunicado com Plano de Retorno do Trabalho Remoto, onde consta que a partir de segunda-feira, 27, todos os empregados com função gerencial na Matriz até o nível de Gerente Nacional devem retornar ao

trabalho presencial. Aos demais funcionários fica o aviso de que o retorno também será feito gradativamente e muito em breve. Diante do crescente número de brasileiros infectados e vítimas fatais do Covid-19, dirigentes sindicais tentam entender qual a lógica desta medida tão absurda. E, provando o quão alinhada está ao Governo Federal, a direção da empresa decide unilateralmente abrir diversas unidades pelo país para atendimento ao público nos feriados dessa semana e nos próximos dois sábados, de 8h às 12h.

“A Caixa ignora completamente o Comitê Bipartite da Fenaban/Contraf-CUT e Comissão Executiva dos Empregados, desprezando o ponto de vista dos trabalhadores que se manifesta através de suas entidades representativas. Entendemos a necessidade da população brasileira, mas não há como aceitar que a Caixa, que mais do que nunca está reafirmando a relevância de seu papel social enquanto instituição pública, trata seus empregados e os cidadãos brasileiros com tamanho descaso”, completa Cam-

BANCÁRIO

Presidenta: Adriana Nalesso – **Sede** – Av. Pres. Vargas, 502 /17º, 20º, 21º e 22º andares - CEP 20071-000 – Centro – Fax (Redação): (021) 2103-4112 – **Sede Campeste** - R. Mirataia, 121 - Tel: 2445-4434 (Pechincha/Jacarepagua) – **Secretaria de Imprensa** (imprensa@bancariosrio.org.br) – Vera Luiza Xavier (Banerj/Itaú), coordenador responsável **Coletivo de Imprensa:** Ronald Carvalhosa (Banerj/Itaú), José Pinheiro (Banerj/Itaú) - **Editor:** Carlos Vasconcellos - MTb 21335/RJ - **Redator:** Olyntho Contente - Mtb 14173/RJ - **Diagramadores:** Marco Scalzo e Fernando Xavier - **Fotos:** Nando Neves - **Secretário de Imprensa:** Celedon Broca – Secretaria de Cultura (cultural@bancariosrio.org.br) - Tel.: 2103-4150 – Secretaria de Bancos Públicos (bancospublicos@bancariosrio.org.br) Tels.:2103-4122/4123 – Secretaria de Bancos Privados (bancosprivados@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4121/4124/4172 – Secretaria de Saúde (saude@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4110/4116/4149/4176 – Secretaria do Jurídico (juridico@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4104/4125/4128/4173 – Impresso na 3 Graph - Distribuição Gratuita - Tiragem: 16.000

BRADESCO

Sindicato pede fechamento de agência, após caso confirmado de Covid-19

Os diretores do Sindicato dos Bancários do Rio, Sergio Menezes e Geraldo Ferraz foram nesta segunda-feira, 20 de abril, à agência do Bradesco da Rua Sete de Setembro, no Centro, para cobrar medidas urgentes de segurança após um caso confirmado por exames de Covid-19, o da funcionária Laís Oliveira. “Estamos cobrando do gerente geral, os procedimentos e normativos nestes casos, que é a imediata desinfecção da agência e o afastamento dos demais funcionários”, explica Menezes. Geraldo Ferraz disse que o Sindicato entrou em contato com a Regional para cobrar o fechamento imediato da unidade. “Com a confirmação de uma funcionária infectada não há outra alternativa que não seja o fechamento imediato da agência e o afastamento dos funcionários, que devem receber toda a assistência médica necessária e serem afastados do trabalho até que haja a certeza de que não há mais riscos de novos contágios”, alerta o sindicalista.



Os diretores do Sindicato Sérgio Menezes e Geraldo Ferraz foram à agência Sete de Setembro e cobraram o fechamento da unidade e medidas de desinfecção dos locais de trabalho

VACINAÇÃO E FÉRIAS

Com a decisão do Bradesco de antecipar as férias de parte de seus funcionários em função da pandemia do coronavírus, os sindicatos, através do Comando Nacional dos Bancários e da Comissão de Organização

dos Empregados (COE) se reuniram na última sexta-feira, 17, com representantes do banco para debater o assunto. Na reunião, o Bradesco informou que os funcionários do banco, no Rio, começarão a ser vacinados a partir desta quarta-feira, 22 de abril. O principal ponto da pauta

reivindicada pelo movimento sindical foi sobre a situação dos trabalhadores que estão em casa e não estão em teletrabalho (home Office), como os do grupo de risco, cujas atividades profissionais não podem ser feitas de casa. Foi definido que eles entrarão de férias junto com áreas do banco que estão inativas ou que as atividades caíram muito, como financiamento de carros.

Os sindicalistas reivindicaram que as férias sejam iniciadas em maio e que os trabalhadores sejam avisados com alguns dias de antecedência. Até a semana que vem, as diretorias regionais vão divulgar o mapeamento do quantitativo elegível às férias. “A COE reivindicou que não seja utilizado todo o saldo de férias para que o trabalhador tenha um período de descanso após a pandemia. O banco aceitou a solicitação e se comprometeu a usar, no máximo, 20 dias de férias”, explica o diretor do Sindicato e membro da COE, Leuver Ludolff.

Santander: falta álcool gel, luvas e máscaras para bancários

Sindicato volta a cobrar providências através de um ofício enviado ao banco

Bancários de agências do Santander no Rio de Janeiro estão sem condições mínimas de proteção ao coronavírus. Falta tudo: álcool gel, luvas e máscaras para uso dos funcionários, inclusive os que estão na linha de frente do atendimento ao público. A grave situação foi constatada por dirigentes do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro que percorreram várias unidades na cidade. “Os bancários estão expostos aos riscos de contágio, sem condições mínimas de proteção. No autoatendimento os problemas se repetem, inclusive na organização das filas para a entrada nas agências ou para auxiliar os clientes”, afirma o diretor do Sindicato, Marcos Vicente que esteve nas unidades. A Regional do banco não assume suas responsabilidades e diz que tem orientado os bancários a utilizarem máscaras alegando “que falta conscientização aos empregados”.



Falta de Equipamentos de Proteção Individual em algumas agências e outras unidades com problema de aglomeração de pessoas no Santander, colocando em risco a vida de bancários, clientes e usuários

“Acho sinceramente que o Santander está se eximindo de suas responsabilidades e quer culpar os funcionários pelo problema que é do banco”, disse Marcos Vicente, que criticou ainda a cobrança de metas em plena crise do coronavírus. “Não dá para aceitar a cobrança de metas e o nível de pressão impostos aos bancários diariamente, ainda mais num momento tão delicado como este da pandemia”, disse. O Sindicato voltou a cobrar providências ao banco através de um ofício enviado na quinta-feira (16) pela presidenta da entidade Adriana Nalesso.

Os bancários denunciam ainda que agências do subúrbio da cidade, nas regiões da Zona Norte e Zona Oeste, além de Ramos e Andaraí passam por uma situação grave de superlotação de clientes, com filas imensas que se formam do lado externo, nas calçadas.

POR ENQUANTO, UMA VITÓRIA

Senado não vota MP 905 que retira direitos e projeto perde validade

Proposta previa aumento de jornada e trabalho em finais de semana e feriados para bancários. Foi uma derrota de Bolsonaro e vitória para os trabalhadores



A presidenta do Sindicato dos Bancários do Rio Adriana Nalesso destacou que a mobilização dos trabalhadores precisa continuar para impedir que o governo Bolsonaro continue a retirar direitos

“É preciso continuar vigilantes e mobilizados contra uma nova tentativa do governo federal de reeditar a Medida Provisória 905 feita somente para beneficiar os bancos e demais empresas, em prejuízo dos trabalhadores que, com ela, perdem inúmeros direitos. A MP, uma nova reforma trabalhista, prejudica diretamente os bancários que passam a não ter mais direito à jornada de trabalho de seis horas e ao descanso aos sábados, domingos e feriados”. O alerta é da presidenta do Sindicato, Adriana Nalesso, ao comentar a recusa do Senado Federal, em aprovar a MP nesta segunda-feira (20/4), e a insistência já expressa

pelo governo de reeditar as alterações. Como o prazo venceu nesta segunda, a MP 905 deixou de valer restando ao governo esta opção.

FATIAMENTO DA MALDADE

O Governo Bolsonaro estuda fatiar a medida, que cria a carteira de trabalho verde e amarelo, com menos direitos, reeditando-a em partes. A tática está sendo estudada pela Casa Civil. A abrangência da MP 905, foi um dos motivos do atraso da tramitação da proposta no Congresso. O tempo exíguo para a apreciação pelo Senado também levou à

recusa em aprová-la.

AINDA MENOS DIREITOS

A MP criou um novo tipo de contratação válido para jovens de 18 a 29 anos e para desempregados durante 12 meses a partir de 55 anos que recebam até dois salários mínimos, retirando direitos trabalhistas e previdenciários pagos pelos bancos e empresas. Facilita a vida dos patrões e prejudica os trabalhadores, ao reduzir direitos e renda, principalmente num momento de maior dificuldade por conta da crise causada pela pandemia do novo coronavírus, desestimulando a atividade econômica. Mas a alegação do governo é de que ao retirar direitos a MP estimularia a criação de empregos. A MP reduzia a multa em caso de dispensa sem justa causa, de 50% (40% pagos ao trabalhador e 10% ao Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT) para 20%. A redução facilita as demissões e estimula a troca de trabalhadores contratados pela legislação prevista na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), por empregos mais baratos. A medida (que foi aprovada pela Câmara) prevê que empregadores estão isentos da contribuição previdenciária de 20%, enfraquecendo a Previdência Social pública e beneficiando os patrões. Passam a não pagar, também, as alíquotas do Sistema S (0,2% a 2%). Somando-se tudo, as reduções implicam economia para o empresariado

de cerca de 70% dos encargos (de 39,5% para 12,1% sobre a folha).

PREJUÍZOS PARA BANCÁRIOS

A MP impacta em cheio os bancários que mereceram artigos à parte. Os que operam no caixa teriam jornada de até 6 horas diárias, com um total de 30 horas por semana, mas poderiam ser prorrogadas até 8 horas diárias. A atividade bancária seria liberada aos sábados, domingos e feriados nas atividades de automação bancária; telemarketing; serviço de atendimento ao consumidor; ouvidoria; áreas de tecnologia, segurança e administração patrimonial; atividades bancárias de caráter excepcional ou eventual e em feiras, exposições ou shopping centers e terminais de ônibus, trem e metrô. A medida permite o não pagamento da hora extra dobrada, desde que haja a compensação, ou seja, folga, em outro dia, banco de horas, ou pagamento da hora-extra a 50%. A MP 905 introduz alterações significativas em relação à PLR da categoria, permitindo a utilização exclusiva de metas individuais e negociação direta com o trabalhador bancário hipersuficiente, excluindo a participação dos sindicatos. A MP eleva as convenções e acordos coletivos de trabalho sobre todas as leis ordinárias trabalhistas e à própria jurisprudência consolidada nos tribunais trabalhistas.

Itaú apresenta proposta de banco de horas para compensar período de isolamento

Em teleconferência nesta segunda-feira (20/4), o Itaú apresentou à Comissão de Organização dos Empregados (COE), proposta de banco de horas do período de isolamento em função do novo coronavírus, determinado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e Ministério da Saúde. Pela Medida Provisória 927, a possibilidade é prevista podendo ser implantada pelo empregador por acordo individual ou coletivo. O Itaú optou pela negociação coletiva, o que foi avaliado como positivo pela COE. Foi negociada também a questão das férias.

Seguindo a MP do governo, o banco propôs um prazo de 18 meses para a compensação das

horas não trabalhadas, além disto, a não acumulação de horas positivas. Em relação à função de caixa, que tem dificuldade maior para trabalhar em home office, o Itaú afirmou que o projeto é que eles possam, caso queiram, trabalhar em home office realizando atendimento de call center.

Os integrantes da COE propuseram como alternativa: redução de 50% nas horas a serem compensadas (uma em cada duas a serem trabalhadas); redução no período de compensação de 18 meses, a ser negociada, com o abono do saldo que restar após este período; e não retroatividade das horas que serão compensadas. A COE levou aos representantes do Itaú, denún-

cias sobre gestores que estariam cobrando metas mesmo em plena pandemia e outras de que o rodízio não estaria sendo respeitado em várias regiões do país: no Rio de Janeiro, na Leopoldina e Ilha do Governador; e falta de Equipamento de Proteção Individual (EPI), como a proteção acrílica em algumas agências. O banco ficou de apurar as denúncias.

A presidenta do Sindicato, e integrante do Comando Nacional dos Bancários, Adriana Nalesso, cobrou do Itaú uma atitude mais contundente no sentido de garantir o cumprimento do rodízio e fornecimento de EPIs. Quanto à contraproposta da COE para o banco de horas, o Itaú se comprometeu a dar

uma resposta neste dia 23. Para Maria Izabel Menezes, diretora do Sindicato e integrante da COE, o objetivo da contraproposta é minimizar ao máximo os impactos da MP 927 para a categoria.

Férias - O banco informou que vai implementar o artigo 6º da MP 927, que permite comunicar ao funcionário o início das férias com antecedência de apenas 48 horas. Mas, não implementará os artigos 8º e 9º da MP, que, durante o período de calamidade pública, o autoriza a pagar adicional de um terço de férias juntamente com o 13º salário e a remuneração das férias até o quinto dia útil do mês subsequente ao início do gozo das férias.